

Reação

por Carolina Couto¹ and Rita Oliveira²

1. Estudante de Mestrado em Arquitetura
Escola de Arquitetura, Universidade do Minho
carolinapintocouto@gmail.com

2. Estudante de Doutoramento em História
Instituto de Ciências Sociais, Universidade do Minho
rita.silvestre25@gmail.com

“What I’m talking about is a national reckoning that would lead to spiritual renewal. (...) Reparations would mean a revolution of the American consciousness, a reconciling of our self-image as the great democratizer with the facts of our history.”

TA-NEHISI COATES (2014, s.p.)

Estas foram sessões de debate aceso e de reflexão sobre temas que são, muitas vezes, de discussão complexa. Não necessariamente por serem temas desconfortáveis ou polémicos, mas por serem (pelo menos em Portugal) temas tabu, onde nem sempre é fácil contribuir com um debate, ou construir um discurso, de forma lúcida. São temas rodeados de silêncios, quer seja em manuais escolares, conversas casuais ou no meio académico, político ou jornalístico. Felizmente, a primeira sessão começou com uma introdução de termos e conceitos que permitiram iniciar a conversa, bem como a referência a uma série de autores a partir dos quais poderíamos continuar investigações e leituras. O debate, que partiu de uma discussão em torno do período do projeto colonial, evoluiu para assuntos da ordem do dia: os movimentos sociais nos Estados Unidos da América, os homicídios de George Floyd e Breonna Taylor (entre outros), e as manifestações que lhes sucederam. Também Portugal teve lugar no debate, em torno dos homicídios de Bruno Candé e de Luís Giovanni, e nos movimentos e demonstrações que se geraram (ou não) a partir daí.

Por estas serem sessões relativamente curtas para um tema infinito, retomaremos aqui apenas a última parte do tema “reparação histórica”, colocando inicialmente um conjunto de interrogações. O que quer dizer concretamente reparação histórica? O termo está normalmente associado

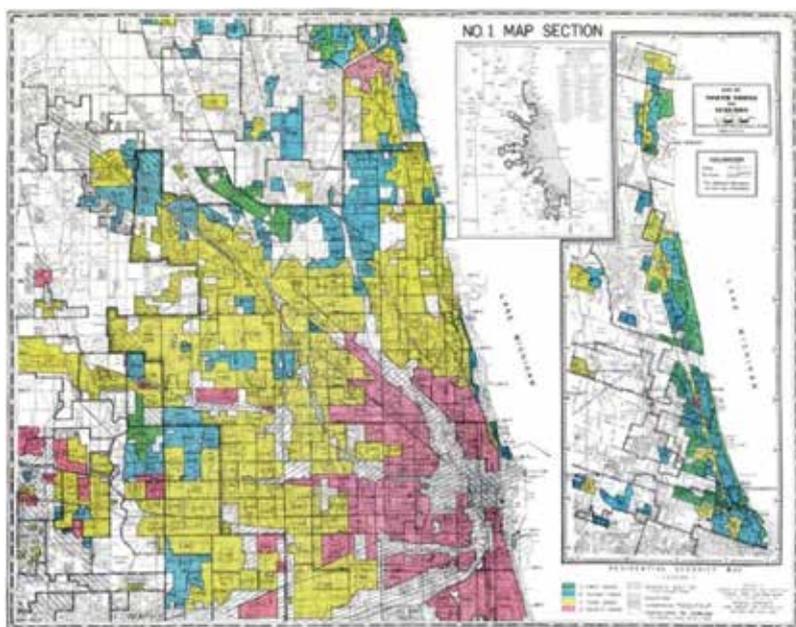


Figura 1. Mapping Inequality (Nelson et al, 2020)

à compensação material, para além da admissão ou reconhecimento da injustiça. Reparações materiais aos povos que sofreram? Económicas? Legais? De direitos a terra e a propriedade? É o reescrever da história? Que e quantas formas pode tomar a reparação histórica? Até que ponto somos responsáveis pela correção das ações dos nossos antepassados? É-nos possível desvincular das mesmas?

A leitura do artigo de Ta-Nehisi Coates “The case for reparations” foi elucidativa em muitos aspetos, e mais relevante que nunca, à luz do movimento Black Lives Matter e da instabilidade nos EUA. Ao longo do texto, Coates demonstra como apenas a partir de um confronto direto com a história e com os legados do passado é possível abrir a discussão coerente sobre a reparação histórica. Os textos sobre a reparação histórica em Portugal vão ao encontro das conclusões de Ta-Nehisi Coates: muito antes de tentar responder a questões técnicas sobre reparações, há que estudar com profundidade e complexidade o legado colonial. É impossível discutir sobre as respostas, se não nos sentirmos confortáveis a fazer as perguntas?



Figura 2. Frame do filme *Gone with the wind* (Scarlett O'Hara, 1939)

A recente controvérsia com o filme clássico *Gone with the Wind* (1939), adaptado do romance homónimo de Margaret Mitchell, de 1936, é um bom exemplo. Na versão no grande ecrã existem mudanças que o produtor achou necessárias para o enquadramento com a população, mas manteve-se a personagem principal de Scarlett O'Hara e como pano de fundo, a Guerra Civil Americana (1861-1865). No romance, as personagens negras distinguem-se pela sua descrição, e pelo uniforme; são personagens secundárias e estereotipadas que parecem aceitar a escravatura, posição que pretende justificar a evocação nostálgica do Velho Sul. O filme, porém, retira vários destes elementos, caindo num erro de uma romantização excessiva. Embora a escravatura tenha sido abolida como consequência desta guerra, não foram criadas medidas de inclusão para as pessoas outrora escravizadas. Nem sempre os propósitos que motivaram os eventos bélicos foram concretizados, e a segregação racial subsistiu duradouramente nos Estados Unidos da América. O imaginário do Velho Sul pôde assim inscrever, subsequentemente, o imaginário social norte-americano, porquanto a violência da escravatura foi preterida pela evocação nostálgica de um passado mítico.

Com o lançamento do filme na plataforma digital HBO Max em 2020, numa coletânea da TCM Classics, surgiu um artigo no *The Los Angeles Times* pelo escritor e realizador John Ridley requerendo que a empresa retirasse de imediato o filme do seu catálogo, acusando-o de glorificar o *antebellum south* (o Sul antes da guerra), perpetuando alguns dos mais dolorosos estereótipos de pessoas de cor. Em reação a estes comentários, a HBO retirou o filme, devendo-se acrescentar que este é um filme que foi sujeito a inúmeras críticas que datam desde o início da sua produção. Mas, de forma a contornar as críticas, o filme foi relançado na plataforma online com um vídeo que precede a visualização do filme, e proporciona um devido contexto histórico. Jacqueline Stewart, professora do Departamento de Cinema e Media Studies na Universidade de Chicago, especialista na História do Cinema Afro-Americano desde o cinema mudo até ao presente, foi escolhida para elaborar essa contextualização. Num breve vídeo de quatro minutos (Stewart, 2020), a historiadora de cinema inicia o seu discurso apresentando as estatísticas e prémios, e descrevendo o filme. Posteriormente, reflete sobre a contestação que se originou na produção do filme. Adverte que o produtor David O. Selznick tinha conhecimento das preocupações das audiências afro-americanas sobre como o filme iria abordar o tópico da escravatura. Porém, os escravos que o filme apresenta, conformam-se com os antigos estereótipos raciais, e Stewart acrescenta que “(...) no filme, o tratamento deste mundo através de uma lente nostálgica, nega os horrores da escravatura, bem como os legados das desigualdades raciais”. Após este contexto histórico, Stewart acrescenta que a visualização do filme pode ser desconfortável e até dolorosa, mas é importante que um clássico de Hollywood esteja disponível na sua forma original para visualização e discussão, como catalisador necessário para entender como certos conceitos se encontram enraizados na nossa sociedade.

Regressando a Portugal, discutimos de que formas estamos ainda presos ao luso tropicalismo e ao “Portugal não é racista”, um espaço longínquo da reconciliação com o passado. Se uma parte importante da identidade portuguesa está associada à época dos Descobrimentos, deveria ser central lidar com a complexidade desse período e do seu legado. Qualquer português reconhece a imagética relacionada aos Descobrimentos, mas não reconhece os silêncios que essas narrativas implicam. Podemos inferir a possibilidade de um efeito de nostalgia, onde tendemos a recordar os eventos mais remotos como mais positivos, desvinculando os mais

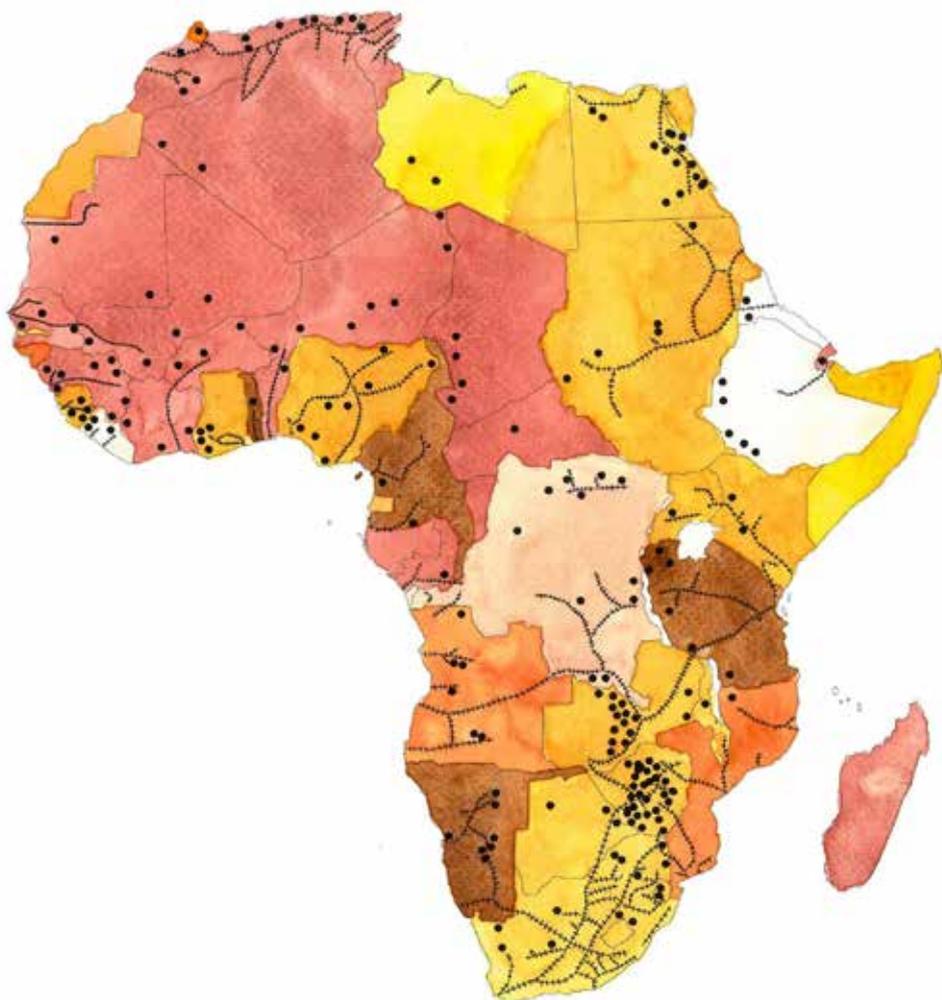


Figura 3. África (Carolina Pinto Couto, 2020, aguarela e tinta da china em papel)
Sobreposto ao mapa do continente africano estão representados: as potências europeias colonizadoras a cores; as principais fontes de recursos naturais com pontos a preto; as linhas de caminho de ferro construídas em época colonial com linhas tracejadas. A partir deste tipo de sobreposição, é possível abrir debates e permitir um olhar mais complexo à ocupação do continente africano. As manchas de cor, por si só, pouco dizem deste período da história- têm de ser acompanhadas por outras camadas de informação e, assim, desconstruídas.

negativos da narrativa. A época dos Descobrimentos continua a ser evocada como “idade de ouro”, ao mesmo tempo que se verifica uma dissociação entre os descobrimentos e os efeitos da violência colonial.

A solução passará, certamente, por corrigir esta dissociação ao introduzir (talvez na educação escolar) outras narrativas e representações. Por exemplo, quando é apresentado o mapa cor-de-rosa e a pretensão portuguesa ao território africano, é necessário apresentar outras camadas de informação que permitam aos alunos questionar e olhar criticamente para a história, e desenvolver a sua consciência histórica.

Bibliografia

- COATES, T. N. (2014). The case for reparations. *The Atlantic*, 313(5), 54-71.
Retirado de <https://www.theatlantic.com/magazine/archive/2014/06/the-case-for-reparations/361631/>
- MITCHELL, M. (1939). *Gone with the Wind*. Warner Home Video.
- NELSON, R. K. WINLING, L. MARCIANO, R. CONNOLLY, N. (2020) Mapping Inequality
In R. K. Nelson & E. L. Ayers (Eds.), *American Panorama*, Retirado de <https://dsl.richmond.edu/panorama/redlining/>
- STEWART, J. (2020) *What to Know When Watching Gone With the Wind*. Retirado de <https://www.youtube.com/watch?v=0DF2FKRToiQ>